Jornal da apubh

Informativo da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Ano 1 - Edição Especial - Outubro de 2005

Impresso Especial
7317841705/ DR/MG
A.P.U.B.H
Correios

Devolução Garantida
Correios



UFMG escolhe novo reitor

Saiba o que pensam os candidatos
Páginas 2, 3 e 4

Conheça as regras e o calendário da eleição
Página 6

Candidatos respondem perguntas da APUBH

Reforma do ensino superior, participação dos docentes na preparação do vestibular, hospital universitário, orçamento da UFMG e exigência de titulação para Reitor são temas abordados

Os Senhores poderiam explicitar objetivamente os pontos positivos e negativos da Reforma do Ensino Superior?

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Certas demandas das universidades públicas podem até estar topicamente contempladas nesta proposta. Há grandes problemas, por exemplo:

a) Está disposto que a União aplicará "nunca menos de 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino". Entretanto, é grande o risco de redução destes recursos pela burla das exigências constitucionais, através da expansão da arrecadação federal e por meio das contribuições, como a CPMF e a CIDE, sobre as quais não incidem os percentuais de transferências para a Educação.

b) A quase omissão quanto às condições de trabalho, salários e carreiras de servidores docentes e técnico-administrativos;

c) Não há no texto propostas para a efetiva democratização e melhoria da assistência estudantil, pois as condições materiais para tal estão restritas aos 9% da verba de custeio das IFES.

Deve ser ressaltado que a Reforma Universitária já foi iniciada pelo PROUNI. Este programa amplia o número de vagas públicas em instituições privadas de ensino superior, mediante renúncia fiscal, beneficia os interesses capitalistas aplicados no setor educacional e desvia recursos que, no setor público, ampliariam vagas com a garantia da qualidade do ensino superior.

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

Num plano geral, a definição da educação superior como bem público é positiva. A autonomia de gestão representa um ganho para as IFES. A questão do financiamento, contudo, permanece. Com o orçamento global, a folha de pessoal passa a ser responsabilidade da UFMG, motivo pelo qual não se pode errar quanto a isso. O principal risco, todavia, é o de trocarmos nossa autonomia didático-científica pela autonomia administrativa. Um exemplo: quando se diz que os cursos "poderão" ser organizados, incluindo um "período de formação geral", com "duração mínima de quatro semestres", o quê se quer dizer? Na prática das avaliações externas, "poderão" não passará a significar "deverão"? Além de uma ambigüidade indesejável numa lei, esse preceito representa um constrangimento à autonomia acadêmica. E mostra que se trata de um texto ainda insatisfatório.

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

Positivos: recolocar o ensino superior na pauta de discussão da sociedade; adotar a perspectiva da educação como bem público; reconhecer a múltipla tarefa das IFES de desenvolver a excelência acadêmica e ser instrumento de correção de desequilíbrios regionais; estabelecer marco regulatório preliminar para rede privada.

Negativos: indefinição do financiamento; possível tomada da situação atual, de déficit de pessoal, como referência para iniciar autonomia; indefinição do tratamento do passivo de pessoal; retirada da procuradoria jurídica da universidade.

Os Senhores têm alguma proposta para ampliar a participação dos docentes em todas as etapas de organização do Vestibular?

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

É urgente colocar em discussão, sobretudo os aspectos acadêmicos do vestibular, para os cursos interferirem mais na definição do perfil do aluno que recebem. Sua organização depende dessa discussão de fundo, sendo desejável o envolvimento do corpo docente. Em resumo: é preciso aproximar o vestibular da Universidade.

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

Em muitas etapas do vestibular – por exemplo, na impressão de provas, não faz sentido ampliar a participação docente. Por segurança, a elaboração de provas deve contar com poucas pessoas. A correção deve ter equipes dimensionadas para correção uniforme no prazo disponível. Está na esfera dos departamentos a decisão da composição das equipes de correção: retirar tal competência, levando-a para instâncias centrais, não ampliaria a participação docente. Na aplicação de provas, seria válido instituir mecanismos institucionais para docentes pleitearem participação.

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Em nossa proposta enfatizamos a decisão de buscar, em cada uma das atividades da universidade, formas transparentes, públicas e democráticas de participação. Nesta, como em outras atividades que se repetem anualmente e que envolvem inúmeras pessoas, deve ser mantida a norma, que vem desde o reitorado do professor Tomaz, de envolver, exclusivamente, pessoas da universidade - docentes e técnicos. Não concordamos com a manutenção de grupos que controlem os diversos fazeres do vestibular.

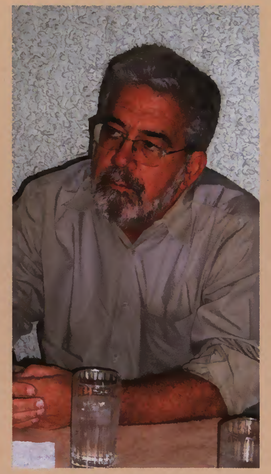
Os Senhores defenderiam uma mudança no Estatuto da UFMG para possibilitar a participação da APUBH e do SIND-IFES, com direito a voz e voto, no Conselho Universitário?

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

O Conselho Universitário traduz uma síntese das instâncias acadêmicas formais. Sem descartar a importância dos recortes representativos da comunidade, parecenos inadequada a incorporação desses à estrutura formal, sendo mais apropriada a participação dessas entidades, ao lado de outros organismos, em outro conselho concebido para aumentar a permeabilidade entre o lado informal e o lado formal. Como docentes da UFMG e associados da APUBH, nós teríamos, num primeiro momento, opinião contrária à mudança no Conselho.



Dirceu Greco



Ronaldo Pena



Jacyntho Lins Brandão

Fotos: Zedu

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Cabe discutir as demandas de participação das entidades nos órgãos colegiados e aprofundar esta reflexão com toda a comunidade. Entretanto, vale lembrar que os servidores docentes e técnico-administrativos, além dos estudantes, já têm representação garantida nos órgãos colegiados. Será necessário que as entidades avaliem como se dá esta participação e se realmente aqueles por elas indicados representam seus segmentos, para discutirem suas posições e os limites de sua autonomia, e dar-lhes o necessário respaldo. Entendemos que a universidade necessita discutir sua estrutura e seus regimentos, pois ainda existem muitas questões a serem regulamentadas. Esta é uma das razões de nossa proposta para a realização de um Congresso Universitário.

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

Não seria papel do Reitor "defender" uma proposta desse tipo. Mas ela não tem nada, em princípio, de indefensável. Competiria discutí-la. Já se prevê a representação corporativa de professores, funcionários e estudantes no Conselho, sendo a última indicada pelo DCE, reconhecido como o órgão de representação estudantil. A pergunta seria como conciliar um reconhecimento oficial com o papel dos sindicatos. Lembre-se que o Estatuto da UFMG, aprovado em 1999, prevê a existência de um Conselho de Integração Comunitária que ainda não foi instalado. Não seria melhor que estivesse nele a representação dos sindicatos?

Pela concepção de que a função do Hospital Universitário é de ensino, pesquisa e extensão, como os Senhores entendem que deveria ser o financiamento deste tipo de instituição?

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Como hospital universitário, o Hospital das Clínicas cumpre papel imprescindível para a saúde pública. Através da produção de conhecimento, proporciona alternativas para o melhor enfrentamento dos problemas de saúde, e sua missão precípua - ensino, pesquisa e extensão, feita em parceria com o SUS, é essencial para a efetiva melhoria do funcionamento do mesmo. O financiamento do HC deve vir tanto do orçamento da universidade quanto do SUS. O que realmente importa é termos recursos suficientemente adequados para cumprir a missão referencial do hospital no atendimento, pesquisa e ensino.

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

O Hospital das Clínicas da UFMG deve manter sua identidade local, onde a universidade pratica ensino, pesquisa e extensão. Toda verba governamental, mesmo originária do SUS, deve ingressar por meio do MEC para a UFMG, e desta para o hospital, salvaguardando o princípio da liberdade acadêmica e mantendo-se a vinculação do hospital aos objetivos da universidade.

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

O Hospital das Clínicas é uma unidade de ensino. Como a UFMG não pode pretender resolver todos os problemas do Brasil, o HC não pode responsabilizar-se por todos os problemas de saúde pública de Belo Horizonte. Sua inserção no SUS é benéfica. Mas a universidade não pode perder o controle sobre este hospital. Inclusive, deve exigir da Municipalidade a contrapartida em termos da ampliação dos locais de estágio para os cursos da área de saúde, sobretudo com relação aos cuidados primários e secundários.

Quais as propostas dos Senhores para a montagem da matriz orçamentária da UFMG?

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

A matriz de OCC, após ampla discussão com os diretores, sofreu modificações implantadas em 2005. O orçamento é proposto pela Reitoria para aprovação pelo Conselho de Diretores. Uma nova alteração que pretendemos fazer é solicitar ao Conselho de Diretores a indicação de uma comissão para o acompanhamento da elaboração do orçamento.

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

Observa-se atualmente uma grande concentração dos recursos orçamentários na administração central. Num orçamento anual de R$ 50 milhões, as unidades acadêmicas ficam com apenas R$ 12 milhões. A conseqüência é que elas têm sido obrigadas a arrecadar, em média, a metade do que gastam. Trata-se de uma situação preocupante, que precisa ser corrigida. Propomos politizar a questão do orçamento, respeitando a competência do Conselho Universitário de defini-lo.

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Essa questão deverá ser enfrentada pelo reitorado e por toda a universidade, via mecanismos de construção participativos e execução descentralizada. Propomos construir coletivamente uma peça orçamentária que represente consensos políticos e reflita escolhas estratégicas; responda às demandas do presente e trabalhe com planos de desenvolvimento e metas futuras. A descentralização e a participação serão mecanismos para a construção deste orçamento que, prioritariamente, será planejado e executado pelas instâncias mais próximas das demandas e necessidades de gasto. Assim, ganharemos em racionalidade na sua aplicação e em avanço nos benefícios alcançados pelos recursos disponíveis, além de eliminar os riscos de utilização política dessa distribuição para as unidades.

Os Senhores concordam com a exigência de titulo de Doutor para cargos de direção da UFMG?

Jacyntho Lins Brandão e Cristina Helena Ribeiro Augustin

Esse parece um dispositivo desnecessário, introduzido pela lei que regulou a escolha de dirigentes. Em princípio, doutor qualifica para atividades acadêmicas. Não possuir o título não necessariamente desqualifica alguém para todo tipo de cargo de direção.

Dirceu Greco e Antônia Vitória Aranha

Para exercer o reitorado não é o título de doutor o ponto principal desta discussão, mas, sim, a capacidade demonstrada nas diversas fases da carreira do postulante ao cargo, como as atividades na docência, na administração, pesquisa e extensão. Ao se avaliar este conjunto de atividades, o doutorado é quase por definição parte integrante desta carreira.

Ronaldo Pena e Heloisa Starling

Na maior parte da UFMG, tal discussão encontra-se ultrapassada, pois o título de doutor já não permite ao docente se diferenciar, mas, sim, alcançar a igualdade em relação a uma maioria de doutores. Pensamos que, embora os não-doutores possam se engajar em atividades de chefia, sendo isso mesmo necessário em circunstâncias específicas, seria desejável que estes tivessem condições de se concentrar na obtenção do doutorado.

APUBH adota ações para subsidiarem a decisão dos docentes

A fim de contribuir para os professores da UFMG conhecerem mais a fundo os perfis e as propostas dos três candidatos a reitor e vice-reitor na eleição do dia 9 de novembro, a diretoria da Apubh decidiu elaborar uma série de ações para subsidiarem a decisão dos docentes na escolha dos nomes que comandarão a universidade nos próximos quatro anos.

Dentre estas ações, inclui-se esta edição especial do Jornal da Apubh; a abertura de espaço na página da internet da entidade para a inserção de informações de cada uma das três chapas, a realização de encontros abertos com cada concorrente nos dias 1º e 2 de setembro e, para fechar a programação, um debate conjunto entre os candidatos, no dia 3 de novembro no auditório da Reitoria.

Ao adotar a histórica posição de imparcialidade diante deste processo de votação, sem tomar partido por qualquer dos candidatos, a diretoria da Apubh ressalta a responsabilidade da escolha dos nomes pelos docentes, pois os próximos mandatários dos cargos de reitor e vice-reitor estarão à frente de uma das mais conceituadas universidades brasileiras, justamente num período de extrema importância para a comunidade acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes.

Este momento exigirá um grande esforço de todos para enfrentarmos grandes desafios, a exemplo da votação do projeto de Reforma do Ensino Superior pelo plenário do Congresso Nacional; da necessidade de conquista de mais verbas para as Ifes junto ao Governo Federal e, dentro do Grupo de Trabalho do MEC, de brigar pela aprovação de um plano de carreira que permita ascensão e melhoria da remuneração e das condições de trabalho na profissão dentro das instituições.

Assim, diante deste quadro, a diretoria da Apubh deseja a todos os docentes uma votação consciente e, aos candidatos, manifesta sinceros cumprimentos pela disposição de enfrentarem o desafio para ficar à frente da administração da UFMG.



Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH
Rua Arthur Itabiarano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1302 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br
Presidente: Robson Mendes Matos **1° Vice-presidente:** Bruno Rabelo Versiani **2° Vice-presidente:** Rosângela. Carrusca Alvim **1° Secretária:** Irmgard de Assis **2° Secretário:** Herzila Maria de Lima Bastos **1° Tesoureiro:** Geovani Azevedo **2° Tesoureiro:** Paulo Roberto Antunes Aranha **1° Suplente:** José Eduardo Borges Moreira **2° Suplente:** Lindsley Daiber - **Departamentos – Política Educacional:** Laura Stella Miccoli, Lízia Maria Porto Ramos e Armando Gil Magalhães Neves **Ciência e Tecnologia:** Janetti Nogueira de Francischi, Ione Maria Ferreira Oliveira e Andréa Mara Macedo **Política Cultural:** Ivana Versiani e Lindsley Daibert **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco **Hospital Universitário:** Helena Facury Barbosa, Débora Torres Mendes, Jane Saletti Teixeira Oliveira **Política Sindical:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues.
Jornal da APUBH - Edição especial
Comissão Editorial: Dalmir Francisco; José Eduardo Borges Moreira; Lindsley Daibert; Otávia Fernandes Souza Rodrigues; Robson Mendes Matos e Rosângela Carrusca Alvim. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP 2705 MG - **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes - **Diagramação, capa e ilustrações:** Saturnino - **Fotografias:** Zedu - **Supervisão geral:** Ronaldo Almeida

apubh Jornal da

Diretrizes do Colégio Eleitoral definem eleição

O princípio da eqüidade, da ética e do decoro acadêmico sustenta as regras para a escolha do novo reitor da UFMG. Esta diretriz foi definida a partir das prerrogativas do Colégio Eleitoral, integrado por representantes dos conselhos Curador, Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade.

Anteriormente às seis últimas eleições, o processo na UFMG era centrado na votação dos nomes de candidatos somente no Colégio Eleitoral. Desde então, as normas estabeleceram que alunos e funcionários teriam direito a 15% dos votos cada um, num total de 30% dos votos, e os professores teriam 70% do total.

"A expectativa é que um número próximo a 40 mil professores, alunos e funcionários dos *campi* da Pampulha e da região hospitalar vote na escolha do novo reitor e vice-reitor no dia 9 de novembro", diz o presidente da Comissão Eleitoral, Hudson Amaral.

Segundo ele, foi para dar maior oportunidade de participação às comunidades dos *campi* da Pampulha e da Saúde no processo de escolha dos nomes dos candidatos que a Comissão Eleitoral decidiu realizar dois debates entre os integrantes das três chapas, nos dias 5 e 19 de outubro. "Desde o início, nossa intenção foi de que os dois encontros servissem tanto para permitir uma maior interação entre a comunidade acadêmica da UFMG, quanto entre os próprios candidatos a reitor e vice das três chapas", diz Hudson Amaral.

No final da votação, a lista tríplice com os resultados será encaminhada ao Ministério da Educação para a escolha formal e oficial dos nomes do novo reitor e vice-reitor.

Agenda da eleição

A Apubh realizou debates isolados entre os candidatos nos dias 1º e 2 de setembro, em sua sede, e realizará outro encontro com a participação de todos os candidatos a reitor e vice-reitor no dia 3 de novembro, no auditório da reitoria da UFMG.

Cronograma da eleição

8 de novembro - realização da consulta apenas no Hospital das Clínicas

9 de novembro - realização da consulta em todos os locais de votação

21 de novembro - encaminhamento do resultado da consulta ao Colégio Eleitoral

24 de novembro - reunião do Colégio Eleitoral

O segundo turno ocorrerá, caso nenhuma das chapas inscritas alcance 50% mais 1 do resultado ponderado dos votos válidos.

O cronograma do segundo turno é:

29 de novembro - realização da consulta apenas no Hospital das Clínicas

30 de novembro - realização da consulta em todos os locais de votação

5 de dezembro - encaminhamento do resultado ao Colégio Eleitoral

7 de dezembro - reunião do Colégio Eleitoral

NOSSACOOP - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Instituições de Ensino Superior da Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.

SEDE (Campus UFMG): Avenida Antônio Carlos, 6627 – Praça de Serviços – 2º andar - Bairro Pampulha – Belo Horizonte/MG – CEP 31.270-010 - PABX: (031) 3492-8616

PAC - CEFET: Avenida Amazonas, 5253 – Lojas 237/239 - Campus I – CEFET - Bairro Nova Suiça – Belo Horizonte/MG – CEP 30.480-000 - Telefone: (031) 3371-1644

PAC - CAMPUS SAÚDE: Avenida Alfredo Balena, 190 – Sala 1002 – Bairro Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100 – Telefone: (031) 3274-2266

PAC - NOVOS HORIZONTES: Rua Alvarenga Peixoto, 1270 - Bairro Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP 30.180-120 - Telefone: (031) 3292-2222

nossacoop
A Nossa Cooperativa de Crédito